
J. Macêdo S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	23
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial.....	28
Demonstração do resultado.....	29
Demonstração do resultado abrangente	30
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	31
Demonstração dos fluxos de caixa	32
Demonstração do valor adicionado.....	33
Notas explicativas às demonstrações contábeis	34
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis.....	74
Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações contábeis	75



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2023

Mensagem da Administração

A J. Macêdo encerra o ano de 2023 com consistência no avanço de seus resultados operacionais. Mais um ano entregando resultados acima do projetado, com crescimento de volume de vendas, Receita, EBITDA e Lucro Líquido. Resultados alcançados por um time competente, comprometido e focado, feito de pessoas que vivem no seu dia a dia o sabor de fazer bem feito.

Chegamos ao final de 2023 com baixa alavancagem de apenas 0,3 x o Ebitda anual, com reservas de caixa adequadas e 82,8% do nosso endividamento no longo prazo. Dessa forma, dentro do que havíamos planejado em 2020, criamos as condições para iniciar nosso plano de investimentos para modernização, crescimento e expansão.

A retomada dos investimentos em 2023 é fruto de uma estratégia desenhada pela Administração da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração e contempla nesta fase dois projetos de construção de unidades fabris, uma no município de Horizonte/CE e outra em Londrina/PR, com obras iniciando no primeiro semestre de 2024, suportando nossa visão de contínuo crescimento das operações, produzindo e entregando com eficiência produtos da mais alta qualidade para as famílias brasileiras.

Alcançar mais um recorde de EBITDA e Lucro Líquido nos faz ter a certeza de que a mudança na estratégia e modelo de gestão do negócio iniciada em 2020 com foco na qualidade de nossos produtos, aumento de eficiência, redução de despesas e a valorização das nossas marcas e pessoas, sempre na busca de rentabilidade e excelência operacional, foi o caminho certo a ser seguido.

Em 2024, quando o Grupo J. Macêdo completa 85 anos, a Companhia continuará com rigoroso planejamento e execução de cada etapa de seu planejamento estratégico, em busca do crescimento sustentável com planos e metas definidos para curto, médio e longo prazos. Afinal, uma empresa que tem marcas admiradas pelos consumidores e uma história de sucesso no mercado de alimentos do Brasil não poderia ter outro objetivo a não ser continuar evoluindo, inovando e contribuindo com a melhoria de vida das pessoas, do meio ambiente e da sociedade como um todo.

A J. Macêdo agradece a força, garra, empenho e dedicação de seu time coeso e determinado de profissionais, a confiança e o apoio de seus acionistas, a parceria de seus clientes e fornecedores e a preferência dos consumidores pelas nossas marcas, reafirmando o compromisso de trabalhar sempre com ética, inovação, responsabilidade e respeito.

Irineu J. Pedrollo
Diretor Presidente



Dona Benta



SOL
DESDE 1904



Petybon



Brandini



BOA SORTE



J. Macêdo S.A.

Fortaleza – CE, 29 de fevereiro de 2024 – A J. Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), Companhia líder no segmento de farinhas de trigo e com importante presença nos segmentos de massas, biscoitos e misturas para bolos, que também produz, distribui e comercializa produtos nas categorias de misturas para pães, sobremesa e fermentos, divulga hoje seus resultados de 2023. As informações operacionais e financeiras são consolidadas e estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Dona Benta

SOL
DESDE 1904

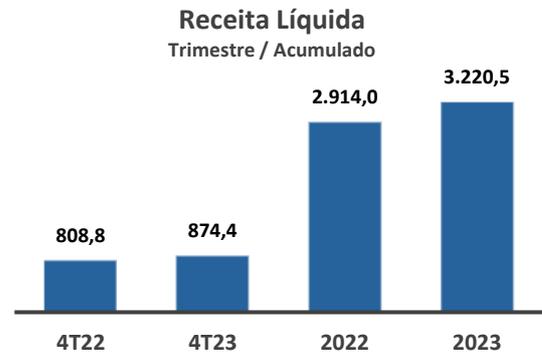
Petybon

Brandini

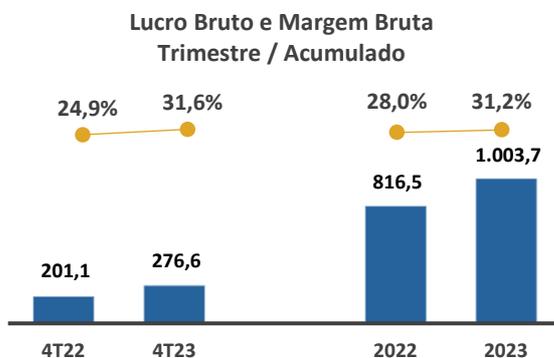
BOA SORTE

Destaques do período

A receita líquida de 2023 foi de R\$ 3.220,5 milhões, um crescimento de 10,5% em relação ao mesmo período de 2022. No 4T23 atingimos uma receita líquida de R\$ 874,4 milhões, um crescimento de 8,1% em relação ao 4T22.



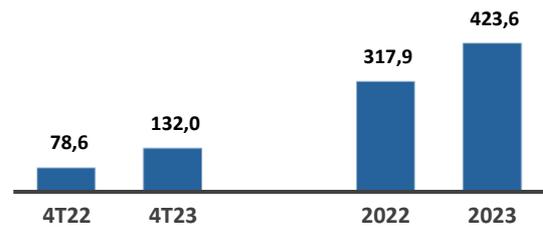
Atingimos R\$ 1.003,7 milhões de lucro bruto no acumulado de 2023, 22,9% maior que os R\$ 816,5 milhões do mesmo período de 2022. No 4T23 atingimos R\$ 276,6 milhões, uma evolução de 37,5% comparado aos R\$ 201,1 milhões do 4T22.



Destaques do período

O lucro líquido acumulado em 2023 atingiu R\$ 423,6 milhões, um crescimento de 33,2% em relação aos R\$ 317,9 milhões no ano de 2022. No 4T23 atingiu R\$ 132,0 milhões, um crescimento de 67,9% em relação aos R\$ 78,6 milhões do 4T22.

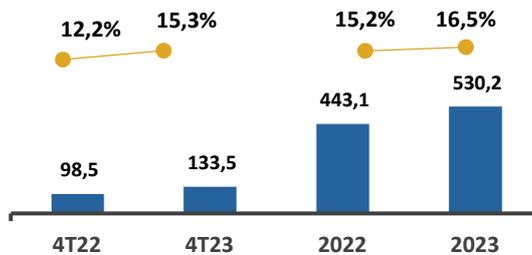
Lucro Líquido
Trimestre / Acumulado



O EBITDA acumulado durante o ano de 2023 atingiu R\$ 530,2 milhões, com crescimento de 19,7% em relação aos R\$ 443,1 milhões em 2022. No 4T23 atingiu R\$ 133,5 milhões, um avanço de 35,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem de 15,3% (4T22: 12,2%).



EBITDA e Margem EBITDA
Consolidado
Trimestre / Acumulado



Indicadores



	4T23	4T22	Var%	2023	2022	Var%
<i>Volume de vendas (mil toneladas)</i>	214,5	193,8	10,7	817,7	750,1	9,0
Receita bruta	1.001,5	927,4	8,0	3.666,8	3.310,5	10,8
Receita líquida	874,4	808,8	8,1	3.220,5	2.914,0	10,5
CPV	(597,8)	(607,7)	-1,6	(2.216,8)	(2.097,5)	5,7
Lucro bruto	276,6	201,1	37,5	1.003,7	816,5	22,9
Despesas com vendas	(109,4)	(86,2)	26,9	(381,6)	(303,2)	25,9
Despesas gerais e administrativas	(37,6)	(29,3)	28,3	(114,4)	(104,1)	9,9
Depreciação/amortização	(1,9)	(2,1)	-9,5	(7,8)	(8,9)	-12,4
Honorários da administração	(2,3)	(1,6)	43,8	(8,6)	(6,2)	38,7
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6,3)	1,9	-	(20,8)	(6,7)	210,4
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(0,2)	(0,1)	100,0
Receitas (despesas) financeiras	(7,4)	(1,6)	362,5	(44,1)	(67,7)	-34,9
Lucro antes do IRPJ/CSLL	111,7	82,2	35,9	426,2	319,6	33,4
Imposto de renda e contribuição social	20,3	(3,6)	-	(2,6)	(1,7)	52,9
Lucro líquido	132,0	78,6	67,9	423,6	317,9	33,2
EBITDA	133,5	98,5	35,5	530,2	443,1	19,7
<i>Margem bruta</i>	31,6%	24,9%	6,6	31,2%	28,0%	3,2
<i>Despesas com vendas</i>	-12,5%	-10,7%	-1,8	-11,8%	-10,4%	-1,4
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	-4,3%	-3,6%	-0,8	-3,6%	-3,6%	-
<i>Depreciação/amortização</i>	-0,2%	-0,3%	0,1	-0,2%	-0,3%	0,1
<i>Honorários da administração</i>	-0,3%	-0,2%	-0,1	-0,3%	-0,2%	-0,1
<i>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</i>	-0,7%	0,2%	-	-0,6%	-0,2%	-0,4
<i>Margem líquida</i>	15,1%	9,7%	5,4	13,2%	10,9%	2,3
<i>Margem EBITDA</i>	15,3%	12,2%	3,1	16,5%	15,2%	1,3

Destaques Governança

Prêmios, Realizações e Reconhecimentos

Durante o ano de 2023, a J. Macêdo teve seu padrão de gestão e o crescimento sustentável do negócio reconhecidos por algumas entidades, destacadas abaixo:



Líder de vendas em Farinha de Trigo com a marca Dona Benta pelo 24º ano consecutivo, segundo dados da ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados, em parceria com a NielsenIQ.

Evolução do Rating Nacional de Longo Prazo para AA-(bra), perspectiva Positiva – Fitch Ratings.



Prêmio Top of Mind 2023 concedido pela Datafolha na categoria Farinhas, com a marca Dona Benta, pelo quinto ano.

Prêmio Top of Mind 2023 concedido pela Datafolha na categoria Massas, com a marca Dona Benta, pela primeira vez.

Certificação Internacional – FSSC 22000 emitido pela DNV GL - Business Assurance Brasil para as unidades de Londrina, São José dos Campos e Fortaleza, que foram recertificadas, Salvador e Simões Filho, certificadas pela primeira vez.

Destaques Governança



Prêmio Forbes com a premiação Melhores do Agro no Brasil 2023, na categoria Alimentos e Bebidas.

Relatório Brand Footprint, da Kantar, publicou em 2023 que a nossa marca Dona Benta esteve presente em mais de 50% dos lares brasileiros no ano de 2022.



Fomos certificados com o Selo GPTW como um Excelente Lugar para Trabalhar e premiados no Ranking GPTW – Paraná 2023.

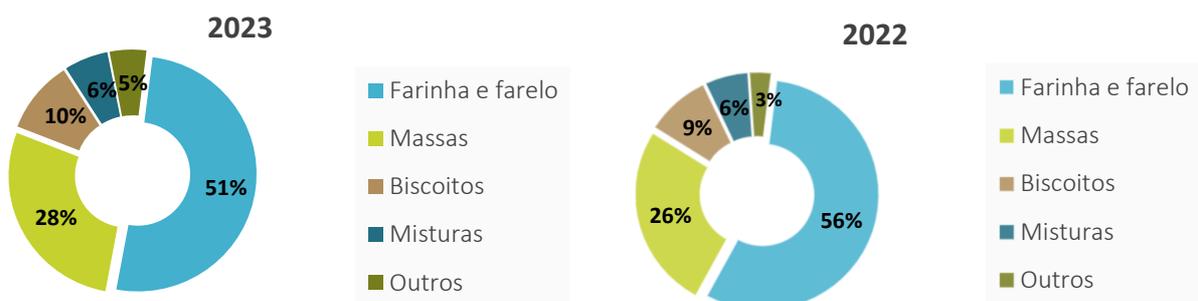
Nova campanha publicitária nacional com a marca Dona Benta, “**Essa Conversa Vai Pra Cozinha**” na mídia digital e tradicional. Essa campanha chega para reforçar a ideia da **cozinha** como um **espaço democrático**, que abriga a **diversidade** de ideias, de pessoas e de conversas. **Dona Benta** inova mostrando total sintonia com o seu tempo, promovendo boas conversas entre pessoas de diferentes visões e experiências de vida, que usam a cozinha não apenas para criar e compartilhar receitas, mas também para mostrar o seu papel na **construção de laços afetivos** e como é importante a **divisão das tarefas de cozinhar e nutrir**.

Destaques econômico-financeiros

Desempenho das categorias

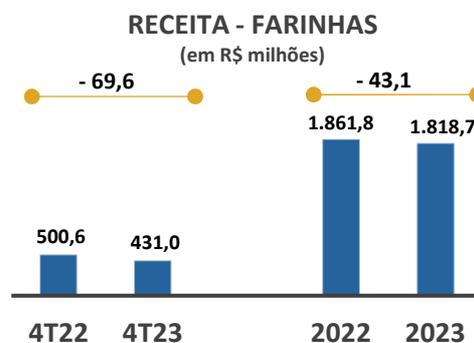
A companhia segrega a receita bruta em 4 grupos, evidenciando percentualmente o impacto das categorias na composição da receita bruta nos doze meses de 2023 e 2022.

Composição Receita Bruta de Venda

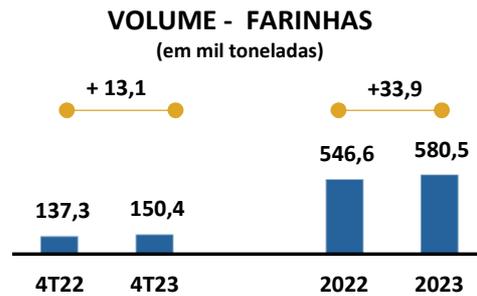


Farinhas e farelos

A receita bruta dessa categoria acumulada em 2023 foi de R\$ 1.818,7 milhões, uma redução de 2,3% em comparação a R\$ 1.861,8 milhões atingido no acumulado de 2022. No quarto trimestre de 2023 atingiu R\$ 431,0 milhões, com redução de 13,9% em relação ao mesmo período de ano anterior, que foi de R\$ 500,6 milhões.

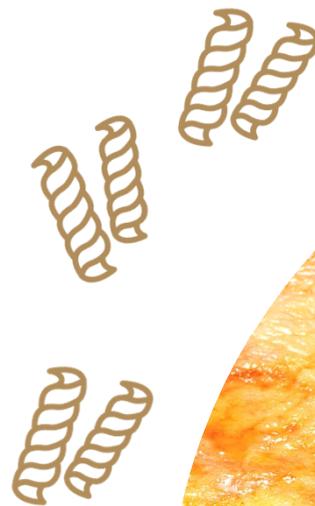
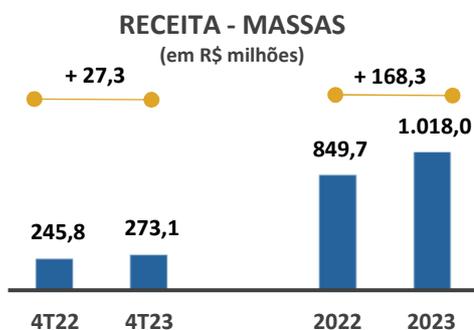


O volume de farinhas no acumulado de 2023 cresceu 6,2% em relação ao mesmo período de 2022, atingindo 580,5 mil t (2022: 546,6 mil t). No 4T23 o volume foi de 150,4 mil t, um avanço de 9,5% em relação ao 4T22.

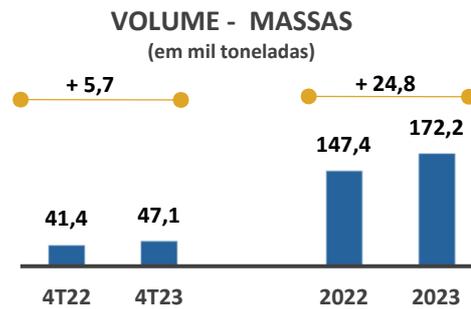


Massas

A receita bruta da categoria no acumulado de 2023 foi de R\$ 1.018,0 milhões, crescimento de 19,8% em comparação aos R\$ 849,7 milhões de 2022. No 4T23 a receita bruta atingiu R\$ 273,1 milhões, um crescimento de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.



O volume acumulado da categoria de massas em 2023 foi de 172,2 mil t, um crescimento de 16,8% comparado ao mesmo período de 2022. O volume faturado da categoria em 2023 representa 21,1% do volume total, sendo 7,2% maior em relação a 2022. O volume faturado no 4T23 foi de 47,1 mil t, um avanço de 13,7% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.



Outras categorias

A receita bruta da categoria de Biscoitos no acumulado de 2023 foi de R\$ 352,5 milhões, um crescimento de 20,3% comparado ao ano de 2022. No 4T23 totalizou R\$ 91,8 milhões, um crescimento de 14,0% em relação ao 4T22 com R\$ 80,6 milhões. Em 2023 o volume faturado líquido atingiu 30,2 mil t, crescimento de 15,2% em relação ao mesmo período de 2022.

A receita bruta para as categorias de Misturas, Sobremesas e Fermentos totalizou o montante de R\$ 389,0 milhões em 2023, crescendo 29,6% quando comparado a 2022 com R\$ 300,2 milhões. O volume acumulado no ano de 2023 atingiu 34,7 mil t, 16,3% maior que os 29,8 mil t atingidos em 2022.



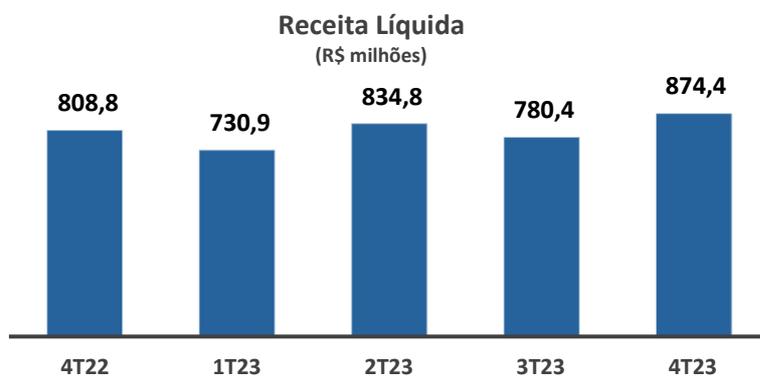
Receita líquida / Volume

A receita líquida da Companhia no acumulado de 2023 foi de R\$ 3.220,5 milhões, um crescimento de 10,5%. No quarto trimestre de 2023 foi de R\$ 874,4 milhões, com crescimento de 8,1% em relação ao mesmo período de 2022.

O volume de vendas líquido de 2023 foi de 817,7 mil t, 9,0% maior que os 750,1 mil t de 2022. No quarto trimestre de 2023 foi 214,5 mil t, com crescimento de 10,7% em relação ao mesmo trimestre de 2022.

	4T23	4T22	Var%	2023	2022	Var%
Faturamento líquido	874,4	808,8	8,1	3.220,5	2.914,0	10,5
Volume faturado líquido*	214,5	193,8	10,7	817,7	750,1	9,0

* Em milhares de toneladas



A Companhia encerrou o ano de 2023 com um aumento no nível de utilização da capacidade de produção, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

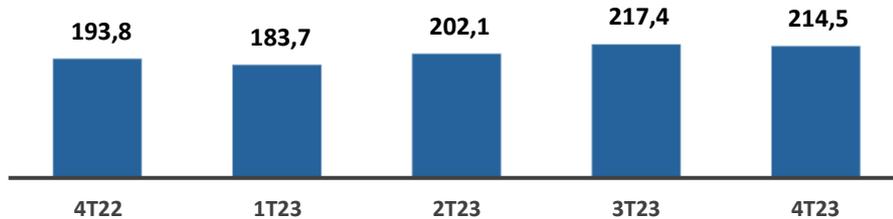
	4T23	4T22
Capacidade Total de Produção *	1.070,9	1.135,5
Produção real *	964,1	897,9
Índice de Utilização da Capacidade	90,0%	79,1%

* Em milhares de toneladas





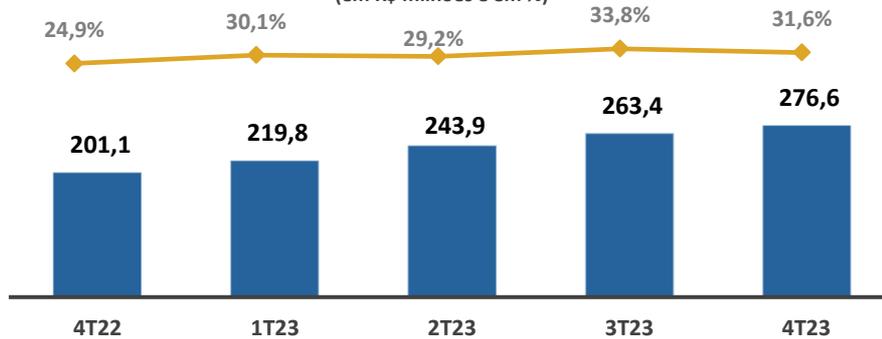



Volume de vendas
 (em mil toneladas)


Lucro bruto

O lucro bruto atingido no acumulado de 2023 foi de R\$ 1.003,7 milhões, 22,9% maior que os 816,5 milhões no mesmo período de 2022. No quarto trimestre de 2023 alcançamos R\$ 276,6 milhões, 37,6% maior se comparado ao mesmo período de 2022.

No acumulado de 2023 a margem bruta atingiu 31,2%, avançando 3,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2022. No 4T23 a margem atingiu 31,6%, avançando 6,8 p.p. em relação ao 4T22.

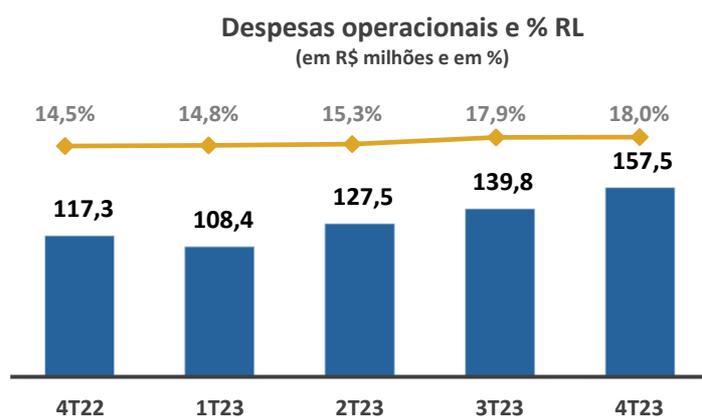
Lucro bruto e Margem bruta
 (em R\$ milhões e em %)


Despesas operacionais

Em 2023 as despesas operacionais atingiram os R\$ 533,2 milhões, um aumento de 24,3% em comparação ao mesmo período de 2022, que foi de R\$ 429,1 milhões. No quarto trimestre de 2023 atingimos R\$ 157,5 milhões, um aumento de 34,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 117,3 milhões.

As despesas com vendas em 2023 somaram R\$ 381,6 milhões, um aumento de 25,9% comparado com os R\$ 303,2 milhões do mesmo período do ano anterior. No 4T23 atingimos R\$ 109,4 milhões, 26,9% maior que os R\$ 86,2 milhões atingidos no mesmo período do ano anterior.

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 114,4 milhões no acumulado de 2023, um crescimento de 9,9% se comparado aos R\$ 104,1 milhões de 2022. No 4T23 atingimos R\$ 37,6 milhões, um aumento de 28,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 29,3 milhões.



Resultado financeiro líquido

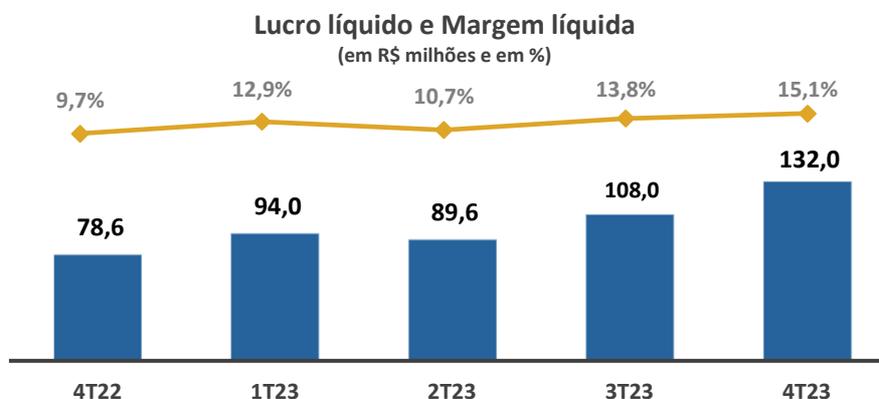
O resultado financeiro líquido acumulado de 2023 foi de R\$ 44,1 milhões, uma melhora de 34,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi R\$ 67,7 milhões.

Resultado financeiro	4T23	4T22	Var%	2023	2022	Var%
Receitas financeiras	10,5	8,4	25,0	32,8	24,7	32,8
Despesas financeiras	(18,2)	(6,1)	198,4	(83,1)	(110,3)	-24,7
Variações cambiais fornecedores	0,1	(2,0)	-	5,6	(6,2)	-
Ajuste a valor de mercado, líquido	0,2	(1,9)	-	0,6	24,1	-97,5
Total	(7,4)	(1,6)	362,5	(44,1)	(67,7)	-34,9

Lucro líquido

O ano de 2023 acumulou de lucro líquido R\$ 423,6 milhões, representando um crescimento de 33,2%, quando comparado ao mesmo período de 2022, que foi de R\$ 317,9 milhões. No 4T23 atingimos R\$ 132,0 milhões, um avanço de 67,9% comparado ao 4T22, quando atingimos R\$ 78,6 milhões.

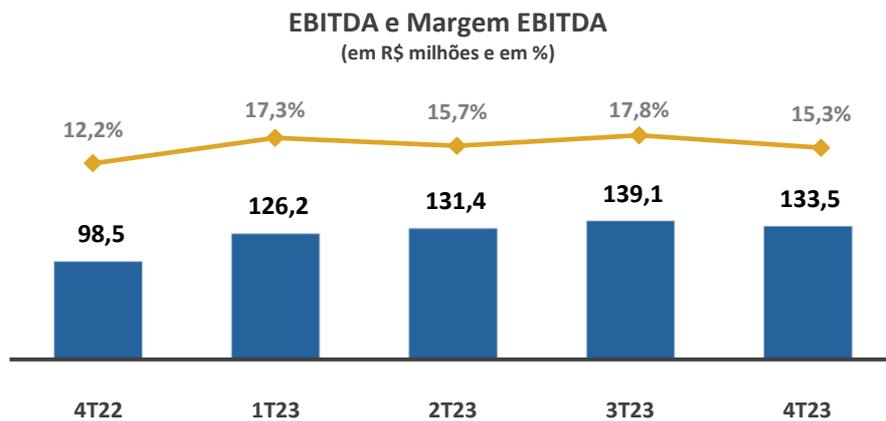
A Margem líquida do 4T23 foi de 15,1%, um crescimento de 5,4 p.p. em relação aos 9,7% atingidos no 4T22.



EBITDA

A Companhia encerra o ano de 2023 com R\$ 530,2 milhões de EBITDA, um crescimento de 19,7% em relação aos R\$ 443,1 milhões alcançados no mesmo período de 2022. No quarto trimestre de 2023 alcançamos R\$ 133,5 milhões, um crescimento de 35,5% comparando com o 4T22.

A margem EBITDA de 2023 foi de 16,5%, um crescimento de 1,3 p.p em relação ao ano de 2022, que foi de 15,2%. No 4T23 alcançamos 15,3%, um incremento de 3,1 p.p. em relação ao 4T22.



Reconciliação do EBITDA	4T23	4T22	Var%	2023	2022	Var%
Lucro líquido do período	132,0	78,6	67,9	423,6	317,9	33,2
Depreciação e amortização	14,4	14,7	-2,0	59,9	55,8	7,3
Resultado financeiro líquido	7,4	1,6	362,5	44,1	67,7	-34,9
Imposto de renda e Contribuição Social	(20,3)	3,6	-	2,6	1,7	52,9
EBITDA	133,5	98,5	35,5	530,2	443,1	19,7

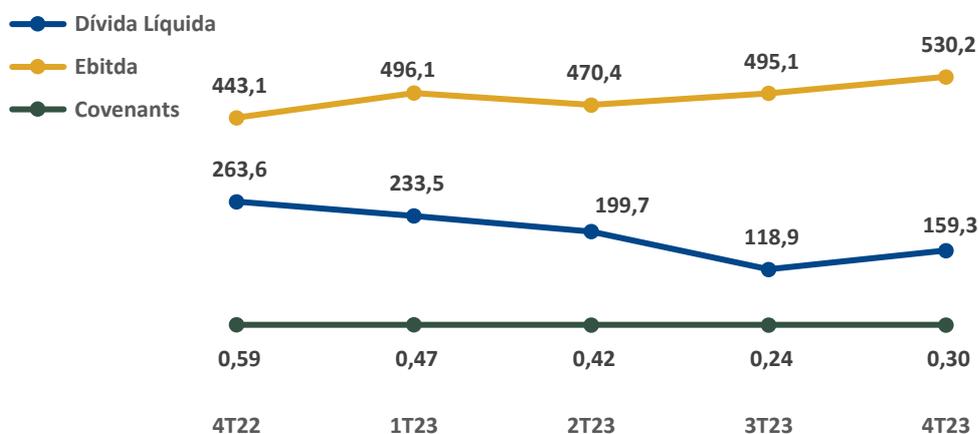


Endividamento

Encerramos o 4T23 com R\$ 159,3 milhões de endividamento líquido, uma redução de 39,6% em relação ao mesmo período de 2022. Com um caixa de R\$ 357,7 milhões, reduzimos a relação de dívida líquida pelo EBITDA (últimos 12 meses) para 0,30, uma redução de 49,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dívida líquida	4T23	4T22	Var%	3T23	Var%
Curto prazo	92,7	115,8	-19,9	94,7	-2,1
Empréstimos e financiamentos	14,6	64,3	-77,3	13,2	10,6
Debêntures	78,1	51,5	51,7	81,5	-4,2
Longo prazo	446,0	326,9	36,4	463	-3,7
Empréstimos e financiamentos	108,4	52,6	106,1	112,3	-3,5
Debêntures	337,6	274,3	23,1	350,7	-3,7
Total endividamento	538,7	442,7	21,7	557,7	-3,4
(-) Caixa	(357,7)	(170,8)	109,4	(418,8)	-14,6
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(21,7)	(8,3)	161,4	(20,0)	8,5
Dívida líquida	159,3	263,6	-39,6	118,9	34,0

Gráfico de Alavancagem
(em R\$ milhões, exceto Covenants)



Desempenho do trigo

O quarto trimestre de 2023 foi marcado pelo início do plantio do trigo no hemisfério norte e a colheita no hemisfério sul. Mesmo durante o período de entressafra, a Rússia segue tendo grande influência nos preços mundiais devido ao grande volume de exportação. O conflito entre Rússia e Ucrânia não teve grande impacto nos preços de trigo nos últimos 3 meses e a guerra entre Israel e Hamas, iniciada em outubro de 2023, também não teve influência nos mercados mundiais.

Espera-se uma safra maior na Austrália e melhores condições para o trigo de inverno em relação ao ano anterior. Os preços do trigo nos Estados Unidos continuam elevados em relação aos mercados da Europa, Argentina e Mar Negro e a tendência foi de queda das principais bolsas durante esse período.

Na Argentina, principal fornecedor de trigo do Brasil, secas no início do plantio e chuvas próximas da colheita prejudicaram a qualidade do produto e os primeiros navios de safra nova embarcados em dezembro de 2023 apresentaram qualidade inferior à safra anterior. Além disso, com o novo presidente eleito, o governo argentino apresentou um pacote de medidas econômicas, trazendo incertezas para o mercado e freando a comercialização do trigo.

O último trimestre de 2023 marcou a deterioração da safra nacional de trigo. Inicialmente, esperava-se uma safra recorde com boa qualidade, no entanto o grande volume de chuvas próximas à colheita, principalmente em função do fenômeno *El Niño*, acabou com as boas perspectivas do mercado.



Dona Benta

SOL
DESDE 1904

Petybon

Brandini

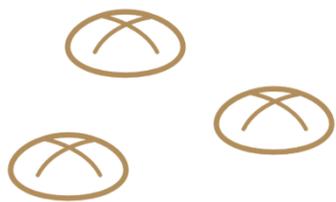
BOA SORTE

Houve impacto direto na parte sul do Paraná e praticamente em todo estado do Rio Grande do Sul, gerando uma grande redução de produção e deterioração da qualidade do trigo que foi colhido, visto que uma parte considerável não terá o padrão mínimo necessário para a moagem e será destinada para o mercado de ração.

Com a atual situação da safra nacional, a paridade de precificação do trigo brasileiro passa ser a de importação, visto que será necessário importar para os moinhos localizados nas áreas produtoras, mais do que inicialmente se esperava. Dessa maneira, o custo do trigo argentino descarregado nos portos do sul do país passa a ter impacto direto na precificação do trigo nacional.

O mercado de frete marítimo apresentou volatilidade do período, mas encerra o trimestre em tendência de queda.

A Companhia acompanha diariamente as movimentações do mercado de trigo internacional, nacional e de fretes marítimos e mede sua eficiência comparando seus preços médios de compra com indicadores de mercado. Para trigo importado usamos como referência os valores médios FOB das importações no período divulgados pelo Ministério da Economia (Comex Stat). Para trigo nacional utilizamos o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercado. O custo médio das compras de trigo da Companhia no quarto trimestre estiveram 2,23% e 12,8% abaixo das médias referenciais do mercado para o trigo nacional e importado, respectivamente.



Auditoria independente

Em atendimento à Resolução CVM 162/2022 e às políticas internas da Companhia informamos que, desde a contratação da PricewaterhouseCoopers ("PwC") como empresa de auditoria independente, todos os requerimentos desta instrução foram atendidos.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Resolução CVM 80/2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023. Essas demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20/02/2024.



Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
J. Macêdo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da J. Macêdo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

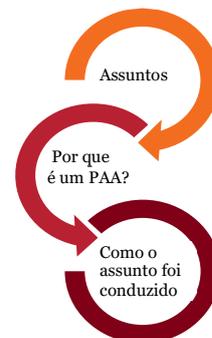
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





J. Macêdo S.A. e suas controladas

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de Receitas

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia opera na comercialização de seus produtos com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, embarcando diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Em virtude da relevância das transações de venda, assim como elevado volume e pulverização, o reconhecimento das receitas, seja na sua totalidade, assim como o período de competência correto, de acordo com as práticas contábeis vigentes, foi considerado um risco relevante que demandou mais esforços em nossa auditoria.

Em função desses aspectos, consideramos que o reconhecimento da receita, especialmente quanto a sua totalidade e ao seu correto período de registro, uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria foram os seguintes:

- (a) Obtivemos entendimento dos processos de negócio e dos controles internos estabelecidos pela administração para identificação, acompanhamento e contabilização das receitas de vendas.
- (b) Efetuamos o confronto das informações contidas no relatório analítico de receita, extraído do sistema de faturamento, com a receita reconhecida no sistema contábil para todo o exercício de 2023.
- (c) Através de base amostral, selecionamos transações de vendas ocorridas ao longo do exercício de 2023 e inspecionamos os termos contratuais e/ou pedidos de clientes, e suas correspondentes obrigações de desempenho, assim como liquidação financeira.
- (d) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, através de inspeção dos canhotos de entrega, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas.
- (e) Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes em relação aos critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita no período de competência correto nas demonstrações contábeis.



J. Macêdo S.A. e suas controladas

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



J. Macêdo S.A. e suas controladas

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



J. Macêdo S.A. e suas controladas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE003292/F-9

DocuSigned by:

0C7C0FBD48DF413...
Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Balço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado						
	Notas	2023	2022	2023	2022	Notas	2023	2022		2023	2022	Notas	2023	2022	2023	2022				
Ativo																				
Circulante																				
Caixa e equivalentes a caixa	4	337.296	149.577	357.651	170.843						15	147.720	252.011	188.927	252.169					
Contas a receber de clientes	5	371.628	352.347	453.684	352.534						16	20.267	17.563	20.507	17.625					
Estoques	6	291.257	276.623	231.783	256.254							15.823	65.469	14.635	64.281					
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	117.707	106.240	117.789	106.553						17	14.635	64.281	14.635	64.281					
Instrumentos financeiros e derivativos	29	29.157	16.375	29.157	16.375						9	1.188	1.188	-	-					
Despesas antecipadas		3.598	3.661	3.775	6.919							43.629	35.077	43.811	35.164					
Outros créditos	8	32.280	5.508	31.184	5.782						18	78.081	51.471	78.081	51.471					
Total do ativo circulante		1.182.923	910.331	1.225.023	915.260							1.042	2.307	1.042	2.307					
Não circulante												7.518	12.219	7.518	12.219					
Realizável a longo prazo												101.406	76.817	101.406	76.817					
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	9	-	2.336	-	2.336						22	101.406	76.817	101.406	76.817					
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	18.350	26.395	18.350	26.395						29	7.408	8.040	7.408	8.040					
Outros créditos	8	5.887	6.789	10.070	6.795						23	58.488	49.756	58.058	50.514					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	8.338	-	8.338	-							481.382	570.730	521.393	570.607					
Investimentos	11	11.498	11.088	3.157	3.639															
Propriedades para investimentos	12	46.081	50.471	46.081	50.471															
Imobilizado	13	730.918	739.178	732.987	741.570															
Intangível	14	2.082	2.757	2.082	2.757															
Total do ativo não circulante		823.154	839.014	821.065	833.963															
Total do ativo		2.006.077	1.749.345	2.046.088	1.749.223															
Passivo																				
Circulante																				
Fornecedores																				
Tributos a recolher																				
Empréstimos e financiamentos																				
Com terceiros																				
Com partes relacionadas																				
Obrigações sociais e trabalhistas																				
Debêntures																				
Financiamento de tributos																				
Arrendamentos mercantis																				
Dividendos e JCP a pagar																				
Instrumentos financeiros derivativos																				
Outras contas a pagar																				
Total do passivo circulante																				
Não circulante																				
Empréstimos e financiamentos																				
Com terceiros																				
Debêntures																				
Financiamento de tributos																				
Arrendamentos mercantis																				
Dividendos a pagar																				
Provisão para contingências																				
Adiantamento para futuro aumento de capital																				
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego																				
Outras contas a pagar																				
Total do passivo não circulante																				
Patrimônio líquido																				
Capital social																				
Reserva de lucros																				
Outros resultados abrangentes																				
Total do patrimônio líquido																				
Total do passivo																				
Total do passivo e patrimônio líquido																				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	24	3.133.185	2.909.132	3.220.533	2.913.974
Custo das vendas	25	(2.134.383)	(2.093.526)	(2.216.807)	(2.097.490)
Lucro bruto		998.802	815.606	1.003.726	816.484
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	25	(381.565)	(303.204)	(381.565)	(303.204)
Despesas gerais e administrativas	25	(120.121)	(111.693)	(122.143)	(112.983)
Honorários da administração	9	(8.588)	(6.169)	(8.588)	(6.169)
Resultado de equivalência patrimonial	11	567	(5.796)	(258)	(121)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(20.473)	(6.858)	(20.885)	(6.674)
		(530.180)	(433.720)	(533.439)	(429.151)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		468.622	381.886	470.287	387.333
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	48.541	51.427	48.541	51.585
Despesas financeiras	28	(90.945)	(113.746)	(92.610)	(119.351)
		(42.404)	(62.319)	(44.069)	(67.766)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		426.218	319.567	426.218	319.567
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	(18.599)	(16.551)	(18.599)	(16.551)
Diferido	10	15.949	14.841	15.949	14.841
		(2.650)	(1.710)	(2.650)	(1.710)
Lucro líquido do exercício		423.568	317.857	423.568	317.857
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	22	21,86980	16,41170	21,86980	16,41170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	423.568	317.857
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	67	(466)
Benefícios pós-emprego	(167)	1.938
Resultado abrangente total	423.468	319.329
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	423.468	319.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total
				Ajuste de avaliação patrimonial	Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	132.042	442.817	-	15.473	(13.330)	577.002
Transações de capital com os sócios						
Distribuição de dividendos (Nota 22.d)	-	(201.007)	-	-	-	(201.007)
Outros resultados abrangentes						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 22.c.i)	-	-	-	(466)	-	(466)
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c.ii)	-	-	-	-	1.938	1.938
Realização do custo atribuído	-	-	247	(247)	-	-
Lucro do exercício	-	-	317.857	-	-	317.857
Dividendos Propostos (Nota 22.d)	-	201.007	(201.007)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 22.d)	-	105.633	(105.633)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Notas 21 e 22.d)	-	11.464	(11.464)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	132.042	559.914	-	14.760	(11.392)	695.324
Outros resultados abrangentes						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 22.c.i)	-	-	-	67	-	67
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c.ii)	-	-	-	-	(167)	(167)
Realização do custo atribuído	-	-	116	(116)	-	-
Mutações internas do patrimônio líquido						
Ajuste de reserva de incentivos fiscais federais (Nota 21)	-	(13)	-	-	-	(13)
Lucro do exercício	-	-	423.568	-	-	423.568
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (Nota 22.d)	-	-	(77.788)	-	-	(77.788)
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Notas 21 e 22.d)	-	345.896	(345.896)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	132.042	905.797	-	14.711	(11.559)	1.040.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	426.218	319.567	426.218	319.567
Ajustes ao lucro líquido do exercício:				
Depreciação e amortização	59.555	55.359	59.937	55.755
Resultado de equivalência patrimonial	(567)	5.796	258	121
Valor residual de ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento baixados	2.207	3.211	2.306	3.211
Provisão para redução ao valor recuperável	(119)	82	(119)	82
Provisão para contingências	4.695	945	4.695	945
Provisão para perdas em estoque	626	(342)	626	(342)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	67.943	59.503	68.010	65.312
Ganho na remensuração do valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	3.758	6.085	3.758	6.085
Créditos extemporâneos de IPI, ICMS, PIS e COFINS	(2.539)	(1.846)	(2.539)	(1.846)
Baixa de investimentos	224	-	224	-
Variações em benefícios pós-emprego	381	366	381	366
Ajuste de incentivo fiscal federal	(13)	-	(13)	-
Variação de ativos e passivos				
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	(19.162)	(160.284)	(101.031)	(159.812)
Estoques	(15.260)	12.156	23.845	30.891
Impostos e contribuições sociais a compensar	(883)	14.919	(652)	14.948
Outros créditos	(18.982)	16.386	(22.885)	12.105
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	(104.410)	17.235	(63.361)	(27.618)
Tributos a recolher	8.149	(21.961)	8.327	(21.986)
Obrigações sociais e trabalhistas	8.552	11.333	8.647	11.340
Provisão para contingências	(4.535)	(3.885)	(4.535)	(3.885)
Outras contas a pagar	17.733	30.033	16.544	29.833
Caixa gerado nas operações	433.571	364.658	428.641	335.072
Juros Pagos	(51.634)	(56.949)	(51.634)	(56.949)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.433)	(9.466)	(16.433)	(9.466)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	365.504	298.243	360.574	268.657
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos - Aumento de Capital	-	(4.630)	-	-
Aplicação de recursos no intangível	(472)	(507)	(472)	(507)
Aplicação de recursos no imobilizado	(55.002)	(32.414)	(55.160)	(32.475)
Resgate de aplicação financeira	-	28.334	-	28.334
Aplicação financeira	-	(13.648)	-	(13.648)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(4.177)	-	-	-
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	2.393	(1.570)	2.393	(1.570)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(57.258)	(24.435)	(53.239)	(19.866)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	76.874	30.000	76.874	30.000
Custos de transação	(2.872)	3.446	(2.872)	3.446
Dividendos e JCP distribuídos	(178.278)	(48.520)	(178.278)	(48.520)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(70.147)	(93.209)	(70.147)	(93.209)
Captação (amortização) de instrumentos financeiros derivativos	(12.782)	(16.375)	(12.782)	(16.375)
Amortização de principal de debêntures	(119.640)	(77.240)	(119.640)	(77.240)
Captação de Debêntures	200.000	-	200.000	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.674	-	2.674	-
Pagamento de arrendamento	(14.815)	(15.428)	(14.815)	(15.428)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(118.986)	(217.326)	(118.986)	(217.326)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	189.260	56.482	188.349	31.465
Diferença cambial líquida	(1.541)	(1.458)	(1.541)	(1.458)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	149.577	94.553	170.843	140.836
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	337.296	149.577	357.651	170.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas	3.444.514	3.210.323	3.533.382	3.216.244
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.578.259	3.304.804	3.666.789	3.310.541
(-) Abatimentos e descontos	(130.437)	(96.221)	(130.437)	(96.221)
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	119	(82)	119	(82)
Outras receitas	(3.427)	1.822	(3.089)	2.006
Insumos adquiridos de terceiros	(2.294.941)	(2.198.398)	(2.379.608)	(2.203.070)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.082.601)	(2.047.035)	(2.164.643)	(2.050.603)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(191.090)	(137.864)	(191.641)	(138.408)
(Perda) Recuperação de valores ativos	(3.438)	(3.613)	(3.438)	(3.613)
Outras despesas operacionais	(17.812)	(9.886)	(19.886)	(10.446)
Valor adicionado bruto	1.149.573	1.011.925	1.153.774	1.013.174
Depreciação e amortização	(59.555)	(55.359)	(59.937)	(55.755)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.090.018	956.566	1.093.837	957.419
Valor adicionado recebido em transferências	49.108	45.631	48.283	51.464
Resultado de equivalência patrimonial	567	(5.796)	(258)	(121)
Receitas financeiras	48.541	51.427	48.541	51.585
Valor adicionado total a distribuir	1.139.126	1.002.197	1.142.120	1.008.883
Distribuição do valor adicionado	1.139.126	1.002.197	1.142.120	1.008.883
Pessoal	259.381	230.113	259.488	230.261
Remuneração direta	150.242	123.517	150.317	123.628
Honorários	8.588	6.169	8.588	6.169
Participação nos resultados	16.897	15.563	16.897	15.563
Benefícios	63.539	55.905	63.539	55.906
FGTS	12.039	10.685	12.039	10.685
Outros gastos com pessoal	8.076	18.274	8.108	18.310
Impostos, taxas e contribuições	357.347	334.296	358.569	335.230
Federais	123.564	103.812	124.320	104.359
Estaduais	230.113	227.021	230.153	227.060
Municipais	3.670	3.463	4.096	3.811
Remuneração de capitais de terceiros	98.830	119.931	100.495	125.535
Juros	68.531	65.046	70.358	70.605
Aluguéis	7.885	6.186	7.885	6.186
Outras	22.414	48.699	22.252	48.744
Remuneração de capitais próprios	423.568	317.857	423.568	317.857
Reserva de Lucros	345.780	116.850	345.780	116.850
Dividendos Propostos	-	201.007	-	201.007
Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio	77.788	-	77.788	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e suas controladas

1.1 Informações sobre a Companhia

A J. Macêdo S.A. (“J.Macêdo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini e Boa Sorte.

A Companhia opera na comercialização de seus produtos com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, embarcando diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Com 84 anos de história, celebrado no dia 09 de setembro de 2023, a J.Macêdo é uma das maiores e mais respeitadas empresas de alimentos do Brasil, líder e referência nacional nos segmentos de farinha de trigo e de mistura para bolo, e a segunda maior companhia de massas alimentícias, presente na casa de milhões de brasileiros. Destaca-se no mercado por sua qualidade e marcas, nacionalmente conhecidas e reconhecidas, além do amplo portfólio de produtos e pelo domínio integral da cadeia do trigo com operação 100% verticalizada: desde a compra do trigo até a comercialização e distribuição.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo, sendo avaliados mensal e anualmente: (i) instrumentos financeiros derivativos e (ii) propriedades para investimento.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

A única controlada do Grupo que tem moeda funcional diferente da moeda da Controladora é a Cipolin S.A., sediada no Uruguai, que tem o dólar norte-americano como moeda funcional e cujos resultados e posição financeira são convertidos na moeda de apresentação conforme segue:

- a) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço (dólar compra).
- b) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (dólar venda).
- c) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

1.2 Mudanças climáticas e impactos das Guerras Rússia x Ucrânia e Israel x Hamas

O trigo é a principal matéria prima da Companhia e, por ser uma *commodity*, sofre impacto de diversas variáveis como clima, conflitos geográficos e intervenções governamentais. O quarto trimestre de 2023 foi marcado pelo início do plantio do trigo no hemisfério norte e a colheita no hemisfério sul. Mesmo durante o período de entressafra, a Rússia segue tendo grande influência nos preços mundiais devido ao grande volume de exportação. O conflito entre Rússia e Ucrânia não teve grande impacto nos preços de trigo nos últimos 3 meses e a guerra entre Israel e Hamas, iniciada em outubro de 2023, também não teve influência nos mercados mundiais.

Espera-se uma safra maior na Austrália e melhores condições para o trigo de inverno em relação ao ano anterior. Os preços do trigo nos Estados Unidos continuam elevados em relação aos mercados da Europa, Argentina e Mar Negro e a tendência foi de queda das principais bolsas durante esse período.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na Argentina, principal fornecedor de trigo do Brasil, secas no início do plantio e chuvas próximas da colheita prejudicaram a qualidade do produto e os primeiros navios de safra nova embarcados em dezembro de 2023 apresentaram qualidade inferior à safra anterior. Além disso, com o novo presidente eleito, o governo argentino apresentou um pacote de medidas econômicas, trazendo incertezas para o mercado e freando a comercialização do trigo.

O último trimestre de 2023 marcou a deterioração da safra nacional de trigo. Inicialmente esperava-se uma safra recorde com boa qualidade, no entanto o grande volume de chuvas próximas à colheita, principalmente em função do fenômeno *El Niño*, acabou com as boas perspectivas do mercado. Houve impacto direto na parte sul do Paraná e praticamente em todo estado do Rio Grande do Sul, gerando uma grande redução de produção e deterioração da qualidade do trigo que foi colhido, visto que uma parte considerável não terá o padrão mínimo necessário para a moagem e será destinada para o mercado de ração.

Apesar de todos esses fatores, a Companhia manteve uma boa estratégia em suas aquisições de trigo e não sofreu falta de abastecimento nem alterações excessivas de preços que pudessem impactar negativamente nos seus resultados e no fornecimento de seus produtos.

1.3 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirão os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS® e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Estimativas

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos e propriedades para investimento pelo valor justo, benefícios a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas na determinação de se a Companhia detém de fato controle sobre suas investidas.

3. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia, de sua controlada e da operação em conjunto em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		31/12/2023	31/12/2022
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

- a) Cipolin (sociedade de capital fechado) – Controlada integral da J. Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social “Cipolin S.A.” A Cipolin se dedica ao processo de intermediação de compra de trigo para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.
- b) Tergran (sociedade de capital fechado) – Refere-se à operação controlada em conjunto com as companhias Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação em conjunto (joint operation). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1 Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos de sua controlada, coligada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente à participação na entidade.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3.3 Tributos sobre o lucro

A receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. No caso da Cípolin, controlada no Uruguai, a alíquota de IRPJ é de 25% sobre a renda líquida gravada, não sendo aplicável a CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O tributo diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do tributo diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O tributo diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.4 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 21.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- a) Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.
- b) Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função de produtos avariados e/ou obsoletos.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e reconhece os passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.8 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estima-se o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência,

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e tributos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.12 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Obrigações de benefícios pós-emprego são mensuradas com base em laudo atuarial emitido por especialista ao final do exercício.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de benefício definido, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.13 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades quando as partes do contrato o aprovarem e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber é reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre investimentos e outras receitas de juros, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, variação cambial e perdas com instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinhas e farelo de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

3.15 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023

Os novos requerimentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 ou após essa data, listados a seguir, não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

- IFRS 17 – Contratos de Seguro
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis
- IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

3.17 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas estarão em vigor apenas a partir de 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). De acordo com avaliação prévia da Administração, essas normas não trarão impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

IFRS 16 – "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	2.760	13.246	23.022	34.207
Equivalentes de caixa (a)	334.536	136.331	334.629	136.636
	337.296	149.577	357.651	170.843

- (a) Maior disponibilidade de caixa em 2023 devido ao recebimento da liquidação da 6ª emissão de debêntures no segundo trimestre, além da geração de caixa operacional da Companhia.

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados, remunerados à taxa média de 100,95% (2022: 101,93%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinados à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate não ocasiona perdas financeiras.

A Companhia mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras disponíveis para resgate imediato sem perda de rentabilidade com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Clientes no país	390.297	367.862	472.353	368.049
Desconto de verbas contratuais (a)	(18.235)	(14.962)	(18.235)	(14.962)
Provisão para redução ao valor recuperável (b)	(434)	(553)	(434)	(553)
	371.628	352.347	453.684	352.534

- (a) Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes, aplicados diretamente sobre o faturamento.
- (b) A provisão para redução ao valor recuperável é constituída ao longo do ano, em percentual fixo sobre o faturamento definido anualmente com base no histórico de perdas e perdas esperadas, e revertida ao final do exercício, momento em que a perda real é efetivada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

Prazo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer:	353.959	338.515	436.015	338.702
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	32.255	25.862	32.255	25.862
de 31 a 60 dias	2.982	2.315	2.982	2.315
de 61 a 90 dias	628	296	628	296
de 91 a 180 dias	473	874	473	874
	390.297	367.862	472.353	368.049

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(553)	(471)
Constituição de provisão	(5.011)	(5.628)
Reversões e baixas	5.130	5.546
Saldo final	(434)	(553)

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na Nota 29c, está demonstrado o montante de contas a receber por tipo e por dependência de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	56.150	57.246	56.150	57.246
Matérias-primas	76.096	131.977	76.096	131.977
Materiais de produção	42.772	30.161	42.772	30.161
Materiais de manutenção e outros	16.726	15.944	16.849	16.265
Produtos em processo	7.620	14.102	7.620	14.102
Importações de matéria-prima em andamento (a)	91.893	27.193	32.296	6.503
	291.257	276.623	231.783	256.254

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R\$ 59.597 (2022: R\$ 20.690).

O custo dos estoques é mensurado com base no custo médio ponderado. São incluídos no custo todos os gastos com materiais diretos, mão de obra e gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção. A Capacidade total de produção é a máxima que se consegue extrair dos equipamentos, considerando reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup e outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, segue assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	(342)
Reversões (provisões)	(626)	342
Saldo final	(626)	-

7. Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	4.418	-	4.418	15.532	-	15.532
ICMS a recuperar (b)	15.199	16.696	31.895	9.260	3.260	12.520
ICMS a apropriar (c)	86.193	-	86.193	69.964	-	69.964
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	579	1.654	2.233	856	452	1.308
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (d)	223	-	223	31	9.727	9.758
PIS a recuperar (e)	804	-	804	757	3.724	4.481
COFINS a recuperar (e)	5.182	-	5.182	6.811	9.232	16.043
Outros impostos e contribuições	5.109	-	5.109	3.029	-	3.029
	117.707	18.350	136.057	106.240	26.395	132.635

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	4.418	-	4.418	15.532	-	15.532
ICMS a recuperar (b)	15.199	16.696	31.895	9.260	3.260	12.520
ICMS a apropriar (c)	86.193	-	86.193	69.964	-	69.964
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	579	1.654	2.233	856	452	1.308
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (d)	223	-	223	31	9.727	9.758
PIS a recuperar (e)	804	-	804	757	3.724	4.481
COFINS a recuperar (e)	5.182	-	5.182	6.811	9.232	16.043
Outros impostos e contribuições	5.191	-	5.191	3.342	-	3.342
	117.789	18.350	136.139	106.553	26.395	132.948

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- Referem-se a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 53/17, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, bem como levantamentos de créditos extemporâneos de ICMS para os quais são protocolados processos junto aos Estados. Todos os valores autorizados foram utilizados e, atualmente, os saldos constantes nas contas ainda estão pendentes de homologação.
- Correspondem aos saldos credores de ICMS oriundos das operações da Companhia.
- Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS que serão apropriados no momento da venda.
- O montante de R\$ 9.727 em 2022 se refere a créditos de IRPJ e CSLL decorrentes da não incidência desses tributos sobre a atualização pela Selic nos indêbitos tributários, conforme Nota 10.1.
- Trata-se de saldos credores das operações correntes do exercício, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições, bem como créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores.

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores (a)	23.705	3.350	29.468	3.350
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.177	-	-	-
Depósitos judiciais e recursais	3.426	3.760	3.426	3.760
Sinistros a receber	1.205	730	1.205	730
Seguro garantia	1.400	1.423	1.400	1.423
Outros créditos	4.254	3.034	5.755	3.314
	38.167	12.297	41.254	12.577
Circulante	32.280	5.508	31.184	5.782
Não Circulante	5.887	6.789	10.070	6.795

- Representado, substancialmente, por adiantamentos a fornecedores de máquinas e equipamentos e serviços relacionados.

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo efetuadas em bases usuais de mercado.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, que por sua vez é uma subsidiária da MAC-DO Administração e Participações S.A.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto:

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa controlada

Cipolin S.A., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa coligada

CEMEC Construções Eletromecânicas S.A.

A CEMEC é uma sociedade de capital fechado cuja participação da Companhia no seu capital social é de 15,76%. Esta Companhia possuía, como atividade principal, a fabricação de transformadores de distribuição, força e subestação compacta e, em março de 2012, paralisou suas operações. Por ser uma empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, esse investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os planos da Administração dessa investida incluem a busca de alternativas para a retomada do negócio através de um sócio no segmento e/ou venda.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem de transações comerciais e societárias com as demais empresas integrantes do Grupo.

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há provisão para perda ao valor recuperável registrada, pela ausência de títulos em atraso ou com risco de realização. A seguir o quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Companhias - Tipo de operação				
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores (Nota 6) Cipolin S.A. (a)	59.597	20.690	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Tergran	4.177	-	-	-
	63.774	20.690	-	-
Ativo não circulante				
Empréstimos a receber				
J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações (b)	-	2.336	-	2.336
	-	2.336	-	2.336
Passivo circulante				
Fornecedores - Cipolin S.A.	(210)	-	-	-
Outras contas a pagar - Tergran	(1.188)	(1.188)	-	-
	(1.398)	(1.188)	-	-

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado		
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo	468.032	832.498
Tergran - Custos portuários	3.006	3.817
	471.038	836.315

- (a) Importações de matéria-prima em andamento (Estoques) da controlada Cipolin.
- (b) Saldo de mútuo com a controladora, sobre o qual incide encargos mensais, mediante aplicação de juros equivalente a um percentual da taxa média do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. O contrato foi celebrado em condições específicas, contratadas entre as partes, não necessariamente realizadas em condições usuais de mercado, com prazo para pagamento até dezembro de 2024, podendo ser prorrogado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore global dos administradores em até R\$ 2.500 mensal, limitado a R\$ 30.000/ano para o exercício de 2023 (R\$ 20.200/ano em 2022), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 8.588 (2022: R\$ 6.169).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são em sua maioria, lastreadas por hipotecas, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não existem mais operações com garantias de partes relacionadas, já em 31 de dezembro de 2022 elas representavam 5,24%.

10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	68.913	62.052
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para perda ao valor recuperável	148	188
Provisão para perdas com estoques	213	-
Provisão para contingências	5.103	4.667
Provisão de honorários de êxito	1.008	1.038
Programa de participação nos resultados	5.520	4.790
Provisão de bônus da administração	7.616	5.100
Perda operação "swap"	2.519	2.734
Arrendamentos	661	892
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	1.218	1.031
Total diferido ativo	92.919	82.492
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.683)	(6.743)
Valor justo propriedade para investimento	(13.658)	(15.151)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(30.258)	(31.170)
Diferença depreciação fiscal	(33.982)	(29.428)
Total diferido passivo	(84.581)	(82.492)
Total de imposto diferido líquido	8.338	-

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Em 2023 a J.Macêdo voltou a contabilizar 100% (cem por cento) do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, com expectativa de realização desse saldo em até 10 (dez) anos.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Corrente				
Imposto de renda	(10.653)	(9.467)	(10.653)	(9.467)
Contribuição social	(7.946)	(7.084)	(7.946)	(7.084)
	(18.599)	(16.551)	(18.599)	(16.551)
Diferidos				
Imposto de renda	8.526	10.914	8.526	10.914
Contribuição social	7.423	3.927	7.423	3.927
	15.949	14.841	15.949	14.841
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.650)	(1.710)	(2.650)	(1.710)

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	426.218	319.567	426.218	319.567
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(144.914)	(108.653)	(144.914)	(108.653)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(7.752)	(4.027)	(7.752)	(4.027)
Outras adições, líquidas	-	(1.855)	-	(1.855)
	(7.752)	(5.882)	(7.752)	(5.882)
Exclusões permanentes				
Ganho de incentivos fiscais estaduais e federais	91.754	87.469	91.754	87.469
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	14.230	12.154	14.230	12.154
Benefício fiscal - juros sobre capital próprio	26.448	-	26.448	-
Outras exclusões, líquidas	17.584	13.202	17.584	13.202
	150.016	112.825	150.016	112.825
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.650)	(1.710)	(2.650)	(1.710)
Alíquota efetiva	(0,62%)	(0,54%)	(0,62%)	(0,54%)

10.1 Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Não incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização pela Selic nos débitos tributários

Em 24 de setembro de 2022, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou o mérito do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187 que fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à atualização monetária pela taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A decisão, sob a sistemática de repercussão geral, foi unânime entre os ministros do STF.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual encerrada em 29/04/2022, acolheu parcialmente recurso (embargos de declaração) para esclarecer pontos da decisão proferida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187, com repercussão geral, e modular seus efeitos.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na ocasião, a Corte declarou a inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito).

Nesse sentido, restou-se decidido, aos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até setembro de 2022, o direito de restituir o IRPJ e a CSLL do período de 5 anos anteriores a data do ajuizamento da ação judicial, ainda que as entidades não tenham sua ação judicial transitado em julgado. Aqui, ainda vale o destaque que possíveis valores em aberto, não recolhidos – referentes a fatos geradores anteriores a setembro de 2022 – não podem ser cobrados pela União. Ademais, para as ações ajuizadas posteriormente ao mencionado período, os contribuintes têm o direito apenas à recuperação dos valores recolhidos após a data de ajuizamento, não havendo efeito retroativo.

Em 08 de outubro de 2020, a Companhia impetrou mandado de segurança objetivando questionar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a atualização monetária pela Selic de indébitos tributários e, considerando que o direito à restituição do IRPJ/CSLL da referida ação judicial seria provavelmente aceito em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), reconheceu, em 2022, os créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 7.824, na linha de IRPJ/CSLL, em contrapartida a tributos a recuperar no ativo não circulante.

O trânsito em julgado do referido mandado de segurança ocorreu em outubro de 2022, favoravelmente à Companhia, e o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal foi feito em novembro de 2022. Na ocasião, foi registrado o montante de R\$ 3.280 referente à atualização desse crédito.

Em 27 de março de 2023 foi emitido despacho decisório com o deferimento do pedido de habilitação do crédito, o qual já foi 100% utilizado para compensação com outros tributos federais.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participações em empresas controlada, coligada e controlada em conjunto	11.498	10.864	3.157	3.415
Outros investimentos	-	224	-	224
	11.498	11.088	3.157	3.639

	31/12/2023			31/12/2022		
	Tergran	Cipolin	Cemec	Tergran	Cipolin	Cemec
Informações sobre as controladas:						
Quantidade de ações	2.193.000	459.773.063	4.979	2.193.000	459.773.063	4.979
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	15,76%	33,33%	100,00%	15,76%
Ativo circulante	16.223	102.019	143	16.554	21.289	1.469
Ativo não circulante	18.755	-	23.724	7.196	-	23.860
Total de ativos	34.978	102.019	23.867	23.750	21.289	25.329
Passivo circulante	2.080	100.412	84	1.758	21.171	106
Passivo não circulante	12.696	-	3.749	-	-	3.549
Total de passivos	14.776	100.412	3.833	1.758	21.171	3.655
Patrimônio líquido	20.202	1.607	20.034	21.992	118	21.674
Capital social	25.677	37.787	12.005	25.677	37.787	12.005
Lucro/(prejuízo) do exercício	(1.331)	1.422	(1.640)	(1.330)	(5.231)	(767)

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos

	31/12/2023			31/12/2022	
	Tergran	Cipolin	Cemec	Total	Total
Saldo inicial	7.331	118	3.415	10.864	12.496
Resultado de equivalência patrimonial	(597)	1.422	(258)	567	(5.796)
Aumento de capital	-	-	-	-	4.630
Variação cambial de investimento no exterior	-	67	-	67	(466)
Saldo final	6.734	1.607	3.157	11.498	10.864

12. Propriedades para investimentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Propriedade para investimentos	50.471	49.560
Remensuração do valor justo	(4.390)	911
Saldo final	46.081	50.471

A propriedade para investimentos se refere à unidade fabril de Maceió, desativada em 2019. Estes ativos, que compreendem terrenos, edificações e instalações, estão disponíveis para arrendamento a terceiros e/ou para valorização e estão registrados a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e especializados ao final de cada exercício, uma vez que não são esperadas mudanças significativas no valor gerado em períodos inferiores a um ano.

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.003	-	26.003	26.003	-	26.003
Edificações e outros imóveis	3,5%	492.491	(143.374)	349.117	465.029	(128.658)	336.371
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10,8%	531.421	(230.641)	300.780	532.779	(214.890)	317.889
Instalações	10,7%	37.613	(28.556)	9.057	34.670	(25.704)	8.966
Móveis e utensílios	11,9%	6.166	(4.440)	1.726	6.238	(4.708)	1.530
Computadores e periféricos	28,0%	7.059	(6.387)	672	8.149	(7.554)	595
Veículos	10,0%	140	(114)	26	222	(150)	72
Outros	27,6%	6.551	(4.450)	2.101	7.973	(5.140)	2.833
		1.107.444	(417.962)	689.482	1.081.063	(386.804)	694.259
Imobilizado em andamento (a)	-	28.612	-	28.612	26.248	-	26.248
Adiantamento a fornecedores	-	3.308	-	3.308	-	-	-
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	62.769	(53.253)	9.516	59.682	(41.011)	18.671
		1.202.133	(471.215)	730.918	1.166.993	(427.815)	739.178

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Terrenos	26.003	-	-	-	-	26.003
Edificações e outros imóveis	336.371	11.717	(38)	16.310	(15.243)	349.117
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	317.889	8.259	(1.665)	5.498	(29.201)	300.780
Instalações	8.966	606	(30)	2.502	(2.987)	9.057
Móveis e utensílios	1.530	454	(27)	79	(310)	1.726
Computadores e periféricos	595	199	-	10	(132)	672
Veículos	72	-	(33)	-	(13)	26
Outros	2.833	86	(7)	-	(811)	2.101
Imobilizado em andamento (a)	26.248	26.763	-	(24.399)	-	28.612
Adiantamento a fornecedores	-	3.308	-	-	-	3.308
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	18.671	3.610	(407)	-	(12.358)	9.516
	739.178	55.002	(2.207)	-	(61.055)	730.918

b) Consolidado

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.003	-	26.003	26.003	-	26.003
Edificações e outros imóveis	3,5%	496.595	(146.614)	349.981	469.134	(131.748)	337.386
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10,8%	534.544	(233.243)	301.301	535.967	(217.439)	318.528
Instalações	10,7%	38.824	(29.229)	9.595	35.881	(26.286)	9.595
Móveis e utensílios	11,9%	6.262	(4.507)	1.755	6.316	(4.771)	1.545
Computadores e periféricos	28,0%	7.412	(6.688)	724	8.494	(7.819)	675
Veículos	10,0%	160	(124)	36	242	(156)	86
Outros	27,6%	6.606	(4.450)	2.156	7.973	(5.140)	2.833
		1.116.406	(424.855)	691.551	1.090.010	(393.359)	696.651
Imobilizado em andamento (a)	-	28.612	-	28.612	26.248	-	26.248
Adiantamento a fornecedores	-	3.308	-	3.308	-	-	-
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	62.769	(53.253)	9.516	59.682	(41.011)	18.671
		1.211.095	(478.108)	732.987	1.175.940	(434.370)	741.570

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Terrenos	26.003	-	-	-	-	26.003
Edificações e outros imóveis	337.386	11.717	(38)	16.310	(15.394)	349.981
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	318.528	8.320	(1.753)	5.498	(29.292)	301.301
Instalações	9.595	606	(30)	2.502	(3.078)	9.595
Móveis e utensílios	1.545	472	(27)	79	(314)	1.755
Computadores e periféricos	675	223	(11)	10	(173)	724
Veículos	86	-	(33)	-	(17)	36
Outros	2.833	141	(7)	-	(811)	2.156
Imobilizado em andamento (a)	26.248	26.763	-	(24.399)	-	28.612
Adiantamento a fornecedores	-	3.308	-	-	-	3.308
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	18.671	3.610	(407)	-	(12.358)	9.516
	741.570	55.160	(2.306)	-	(61.437)	732.987

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2023 é composto por bens de obras em andamento, no montante de R\$ 28.612 (2022: R\$ 26.248) que equivale, substancialmente, a investimentos para a modernização e aumento da capacidade produtiva na unidade de Salvador, além de obras de melhoria e sustentação nas unidades de Simões Filho, São José dos Campos, Londrina e Fortaleza.

Não houve juros de financiamentos capitalizados durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: R\$ 8.941).

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesa com depreciação	(58.201)	(53.204)	(58.583)	(53.600)
Despesa com amortização (Nota 14)	(1.147)	(1.338)	(1.147)	(1.338)
Despesa com depreciação do custo atribuído	(207)	(817)	(207)	(817)
Depreciação e amortização no exercício	(59.555)	(55.359)	(59.937)	(55.755)

d) Ativos concedidos em garantias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentados abaixo:

Descrição dos itens oferecidos em garantia	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	210.143	236.630
Edificações	194.003	196.491
Instalações	3.882	3.827
Móveis e utensílios	608	668
Terrenos	7.374	16.377
Imobilizado em andamento	13.170	23.512
Outros	1.651	2.220
	430.831	479.725

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas a empréstimos e financiamentos, conforme nota 17 e a debêntures, conforme nota 18.

14. Intangível (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Taxas médias anuais de amortização %	31/12/2023			31/12/2022			
	Custo	Amortização acumulada	Valor total	Custo	Amortização acumulada	Valor total	
Softwares e sistemas informatizados	21,3	60.521	(58.439)	2.082	60.049	(57.292)	2.757
		60.521	(58.439)	2.082	60.049	(57.292)	2.757

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2022			Amortização	Saldos em 31/12/2023	
		Adições	Baixas			
Softwares e sistemas informatizados	2.757	472	-	(1.147)	2.082	
	2.757	472	-	(1.147)	2.082	

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Fornecedores

Refere-se às contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	139.643	121.382	139.851	121.540
Fornecedores estrangeiros	8.077	-	49.076	-
Operações de risco sacado (a)	-	130.629	-	130.629
	147.720	252.011	188.927	252.169

- (a) Todas as operações de risco sacado envolvem apenas fornecedores estrangeiros e o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 foi liquidado no início do ano. Não foram feitas novas operações.

A Companhia mantém relacionamento com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de risco sacado, no qual destina parte do seu limite global para esse produto, disponibilizando aos fornecedores a antecipação de seus recebíveis relacionados às compras de matéria-prima pela Companhia.

Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos parceiros em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação (pagamento do valor original) do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Reitera-se que esta operação não altera os valores, natureza do passivo, em especial, prazos, preços ou outras condições inicialmente contratadas, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

A Administração da Companhia também considerou a orientação do Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos relevantes e tampouco afeta a alavancagem da Companhia. Dessa forma, a Companhia mantém o passivo reconhecido como obrigação com "Fornecedores".

16. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (a)	14.782	15.529	14.783	15.529
Imposto de renda e contribuição social	-	709	110	709
PIS e COFINS	-	-	113	-
INSS retido	442	219	442	219
ISS retido	447	398	452	398
Outros tributos a recolher	4.596	708	4.607	770
	20.267	17.563	20.507	17.625

- (a) Valores devidos de ICMS na operação de saída de produtos tributados e antecipações. Neste grupo são contabilizados os valores a recolher de ICMS Normal, Substituição Tributária e Antecipação do Trigo. Os saldos variam de acordo com o volume mensal de saídas, bem como de entradas de Trigo e produtos tributados por antecipação tributária.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Natureza	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional – R\$					
FINAME (a)	Pré-fixado e TLP	-	6% a 7,25%	-	2.193
FINEM BNDES (a)	TLP	1,92% a 4,26%	1,92% a 4,26%	44.761	52.928
Crédito rural	CDI	1,50%	-	71.297	-
Capital de giro	Pré fixado e CDI	1,50%	3,0% a 4,00%	6.970	61.780
				123.028	116.901
Circulante				(14.635)	(64.281)
Não circulante				108.393	52.620

(a) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	18.948
2025	62.951	23.230
2026	45.442	10.442
	108.393	52.620

Movimentação dos saldos

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições		Amortizações		Transf.	Saldos em 31/12/2023
		Principal	Juros	Principal	Encargos		
Finame / Finem BNDES	10.419	-	4.266	(10.274)	(4.352)	13.115	13.174
Capital de giro – moeda nacional	53.862	40	4.559	(59.873)	(6.370)	7.946	164
Crédito Rural	-	-	8.706	-	(7.409)	-	1.297
Total circulante	64.281	40	17.531	(70.147)	(18.131)	21.061	14.635
Finame / Finem BNDES	44.702	-	-	-	-	(13.115)	31.587
Capital de giro – moeda nacional	7.918	6.834	-	-	-	(7.946)	6.806
Crédito Rural	-	70.000	-	-	-	-	70.000
Total não circulante	52.620	76.834	-	-	-	(21.061)	108.393
Total	116.901	76.874	17.531	(70.147)	(18.131)	-	123.028

Os empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES exigem o cumprimento de determinados índices associados ao balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia está adimplente com o cumprimento das cláusulas de covenants.

18. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 4 de dezembro de 2018 foram emitidas debêntures (3ª emissão) sob forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, cujo recebimento efetivo foi realizado em janeiro de 2019. O saldo do valor nominal unitário seria amortizado em 8 parcelas, sendo a primeira em 23/03/2022 e a última na data de vencimento (23 de setembro de 2024), porém a Companhia amortizou integralmente o saldo remanescente desta emissão em 22 de fevereiro de 2023.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 15 de outubro de 2021 foram emitidas debêntures (5ª emissão) simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura da Escritura pela Securitizadora. O saldo do valor nominal unitário será atualizado mensalmente pelo IPCA, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis e amortizado em parcelas mensais, sendo a primeira no final do 18º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (12 de novembro de 2026). As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, com pagamentos mensais iniciados em 13 de dezembro de 2022 e a última em 12 de novembro de 2026.

Em 15 de abril de 2023, a Companhia realizou sua 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures são vinculadas à série única da 166ª (centésima sexagésima sexta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Virgo Companhia de Securitização. As debêntures da primeira série possuem o prazo de vencimento de aproximadamente 5 (cinco) anos, vencendo em 12 de abril de 2028 e o valor nominal não será atualizado monetariamente. As debêntures da segunda série possuem prazo de vencimento de aproximadamente 7 (sete) anos, vencendo em 11 de abril de 2030 e valor nominal será atualizado mensalmente pelo IPCA, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis. Os pagamentos serão trimestrais, iniciados em 11 de outubro de 2023, sendo o último pagamento em 12 de abril de 2028 para a primeira série e em 11 de abril de 2030 para a segunda série.

Composição dos saldos

Debêntures	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
3ª emissão (a)	CDI	-	Taxa DI + 4,5% a.a.	-	79.912
5ª emissão (a)	IPCA	IPCA + 6,3071% a.a.	IPCA + 6,3071% a.a.	226.530	259.651
6ª emissão/1ª Série	CDI	CDIC + 1,65%a.a.	-	137.684	-
6ª emissão/2ª Série	IPCA	IPCA +7,80% a.a	-	68.112	-
Custos de transação	-	-	-	(16.632)	(13.760)
				415.694	325.803
Circulante				78.081	51.471
Não circulante				337.613	274.332

(a) Garantido por alienação fiduciária de bens.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	139.255
2025	72.950	135.077
2026	123.313	-
A partir de 2027	141.350	-
	337.613	274.332

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação de saldos

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições		Amortizações			Saldos em 31/12/2023
		Principal	Juros	Principal	Encargos	Transferências	
3ª emissão	11.132	-	2.027	(79.640)	(2.299)	68.780	-
5ª emissão	43.851	-	26.049	(40.000)	(20.480)	68.571	77.991
6ª - emissão - 1ª série	-	-	12.122	-	(8.511)	-	3.611
6ª - emissão - 2ª série	-	-	3.240	-	(2.213)	-	1.027
Custos de transação	(3.512)	(1.036)	-	-	-	-	(4.548)
Total circulante	51.471	(1.036)	43.438	(119.640)	(33.503)	137.351	78.081
3ª emissão	68.780	-	-	-	-	(68.780)	-
5ª emissão	215.800	-	1.310	-	-	(68.571)	148.539
6ª - emissão - 1ª série	-	134.073	-	-	-	-	134.073
6ª - emissão - 2ª série	-	65.927	1.158	-	-	-	67.085
Custos de transação	(10.248)	(1.836)	-	-	-	-	(12.084)
Total não circulante	274.332	198.164	2.468	-	-	(137.351)	337.613
Total	325.803	197.128	45.906	(119.640)	(33.503)	-	415.694

Características das ofertas

Debêntures	3ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	181
Remuneração	Taxa DI + 4,5% a.a.
Vencimento	23/09/2024
Debêntures	5ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	240
Remuneração	Taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + 6,3071% a.a.
Vencimento	12/11/2026
Debêntures	6ª. Emissão - 1ª série
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	134
Remuneração	Taxa DI + 1,65% a.a.
Vencimento	12/04/2028
Debêntures	6ª. Emissão - 2ª série
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	66
Remuneração	Taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + 7,80% a.a.
Vencimento	11/04/2030

A Companhia está obrigada, devido à quinta e sexta emissão de debêntures, a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia está adimplente com o cumprimento das cláusulas de covenants.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de aluguel classificados como arrendamento que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), vigente desde 1º de janeiro de 2019.

Na data da adoção inicial, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento, mensurando-o ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos equivalente a 8,69% a.a.

A composição do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representada a seguir:

a) Composição do ativo de direito de uso

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	11.653	6.974	44	18.671
Adições	1.275	2.335	-	3.610
Baixas	(10)	(397)	-	(407)
Depreciação	(9.235)	(3.112)	(11)	(12.358)
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	3.683	5.800	33	9.516

b) Composição do passivo de arrendamento

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	13.102	7.242	-	20.344
Adições	1.274	2.335	-	3.609
Baixas	-	(413)	-	(413)
Juros incorridos	825	953	-	1.778
Pagamentos	(10.973)	(3.842)	-	(14.815)
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	4.228	6.275	-	10.503
Circulante	3.833	3.685	-	7.518
Não circulante	395	2.590	-	2.985

c) Cronograma do passivo de arrendamento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vencimentos das prestações		
2024	8.318	13.843
2025	2.700	6.895
2026	469	1.946
Valores não descontados	11.487	22.684
Juros embutidos	(984)	(2.340)
Saldo do passivo de arrendamento	10.503	20.344

d) Créditos de PIS e Cofins potencial

Os pagamentos das contraprestações efetuados pela Companhia geram o direito de se creditar de PIS e COFINS. Nesse sentido, o custo do direito de uso reconhecido em contrapartida ao passivo de arrendamento, devidamente ajustado a valor presente, embute um potencial direito de crédito tributário futuro, a ser apropriado ao resultado do exercício mediante a depreciação dos bens arrendados pelo prazo do contrato de arrendamento.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	11.488	10.503
PIS/Cofins potencial (9,25%)	1.063	972

e) Divulgação complementar CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Conforme orientação do referido ofício-circular são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos	10.503	20.344	15.360	21.012
	10.503	20.344	15.360	21.012

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

f) Documento de Revisão de Pronunciamentos técnicos nº 16, referente ao CPC06 (R2)

Em relação à Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, que aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, a Companhia esclarece que não obteve benefícios relacionados à Covid-19 em seus contratos de arrendamento.

20. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios. A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado			Saldo
	Tributárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis e Adm. (c)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.035	10.276	3.045	15.356
Provisões	548	1.169	223	1.940
Encargos financeiros	106	949	254	1.309
Reversão de provisões	(505)	(309)	(181)	(995)
Pagamentos	(418)	(2.666)	(801)	(3.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.766	9.419	2.540	13.725
Provisões	1.449	2.819	427	4.695
Encargos financeiros	154	794	176	1.124
Pagamentos	(709)	(3.769)	(57)	(4.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.660	9.263	3.086	15.009

a) Tributárias

A maior parte das contingências tributárias do Grupo se refere a (i) glosa de créditos de ICMS em decorrência de guerra fiscal, (ii) glosa de créditos de PIS/COFINS importação viabilizados por decisão judicial, (iii) autuação decorrente de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL após incorporação, e (iv) exclusões indevidas de parcelamentos federais.

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo se referem a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, bem como discussões acerca de eventuais verbas rescisórias.

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 3.760). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

c) Cíveis e administrativas

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu se refere, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia é parte ativa em alguns processos de ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos, dentre outros, para os quais é provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a entidade, cujo montante em andamento em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 732 (2022: R\$ 637).

O Grupo possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributária	301.789	275.968
Trabalhista	21.858	23.232
Cível	16.487	17.149
	340.134	316.349

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R\$ 10.000:

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Autor: Receita Federal do Brasil

- I. Auto de infração de multa (proc. 18220.726610/2021-41) no valor de R\$ 21.694, decorrente de compensação não homologada no PAF 10380.908060/2019-17, referente a pedido de compensação de créditos de PIS/COFINS sobre importação. Aguarda-se julgamento administrativo.
- II. Ação Anulatória (proc. 0817443-64.2021.4.05.8100), contra a cobrança do débito controlado pelo Auto de Infração de IRPJ e CSLL de nº 10380.732850/2012-49, no valor total de R\$ 29.602, relativo aos anos calendários de 2007 e 2008, em razão da compensação indevida de prejuízos fiscais e de bases negativas da CSLL, face à incorporação da J. Macêdo S.A. pela Águia S.A. Aguarda-se julgamento judicial.
- III. Ação anulatória (proc. 0818046-40.2021.4.05.8100), no valor de R\$ 15.814, contra a exclusão da empresa do REFIS na modalidade "Lei 11.941 - RFB - demais débitos art. 1º." e sua reabertura da Lei 12.865, ambos quitados antecipadamente com RQA. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Estado de São Paulo

- I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS (proc. 0019881-14.2009.8.26.0562), no valor de R\$ 26.498, referente a supostas remessas de farinha de trigo para armazém geral e importação de trigo parcialmente destinada a outros Estados. Aguarda-se julgamento judicial.
- II. Execução Fiscal (proc. 1500148-30.2015.8.26.0577), no valor de R\$ 30.290, decorrente de Auto de Infração lavrado com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

- I. Execução Fiscal (proc. 0060107-87.2009.8.19.0002) decorrente de Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 32.696, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação de trigo em grãos que resultou em farelo de trigo. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Estado do Pará

- I. Auto de infração (proc. 182023510000063-7), no valor de R\$ 14.023, decorrente da desconsideração do Centro de Distribuição no Pará, o que implicaria em majoração da MVA para o percentual de 150% (cabível para empresas interdependentes e não para filiais de uma mesma empresa). Anos de 2018 a 2021. Aguarda-se julgamento administrativo.
- II. Auto de infração (proc. 182023510000089-0), no valor de R\$ 10.501, decorrente da cobrança do ICMS-ST nas saídas das mercadorias cujo pagamento já ocorreu na entrada, há outro auto de infração para cobrança nas entradas (182023510000063-7). Aguarda-se julgamento administrativo.
- III. Auto de infração (proc. 182023510000091-2), no valor de R\$ 11.713, decorrente da cobrança do ICMS-ST nas saídas das mercadorias cujo pagamento já ocorreu na entrada, há outro auto de infração para cobrança nas entradas (182023510000063-7). Aguarda-se julgamento administrativo.

21. Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia fez jus a R\$ 230.036 em subvenções estaduais (2022: R\$ 223.542).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou base no cálculo do Lucro da Exploração, que gerou uma redução de IRPJ no montante de R\$ 13.542 (2022: 11.464).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) SUDENE (âmbito federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos para: (i) industrialização de trigo para a unidade de Fortaleza (desde 2018 até 2027); (ii) fabricação de massas alimentícias e misturas para bolo (desde 2018 até 2027) e (iii) industrialização de trigo e seus derivados (desde 2023 até 2032) para a unidade de Salvador; (iv) fabricação de biscoitos (desde 2017 até 2026) e (v) massas alimentícias (de 2022 até 2031) para a unidade de Simões Filho. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada e diversificação, sendo reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de setembro de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

b) PROVIN (Estado do Ceará)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento para o momento das saídas de farinhas e misturas de farinha de trigo, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 até dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de setembro de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em setembro de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2026 por meio do Decreto 21.716 de 08/11/2022. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor do benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

d) Crédito presumido (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido de 16,67% nas saídas de mistura para bolo, pó para sobremesa e fermento nas operações interestaduais, e redução da base de cálculo de ICMS em 41,18% para os mesmos itens nas operações internas.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Crédito outorgado (Estado de Goiás)

A J. Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% sobre as saídas interestaduais tributadas a 12%.

f) Crédito presumido (Estado do Paraná)

A J. Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido nas saídas de farinha de trigo nos seguintes casos: 10% - Saídas para MG, RJ e SP; e 5% - Saídas para PR e demais saídas interestaduais tributadas a 12%.

g) Crédito outorgado (Estado de São Paulo)

A J. Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 7% nas saídas internas de farinha de trigo e massas.

h) Crédito outorgado (Estado de Pernambuco)

A J. Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% nas entradas de transferência e saídas interestaduais de misturas, fermentos e sobremesas.

i) Crédito Presumido (Estado de Minas Gerais)

A J. Macêdo S.A. possui incentivo de crédito presumido, obtido por meio de Regime Especial, para as filiais estabelecidas no Estado de Minas Gerais. O crédito presumido é calculado de forma a zerar a carga tributária nas saídas de farinha de trigo oriundas da moagem realizada no Estado, para a filial Moinho.

Em 2023 foram realizados dois ajustes nas reservas de incentivos: (i) ajuste fiscal nos incentivos estaduais ref. ao exercício de 2019, com impacto de redução no saldo de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apenas, sem impacto contábil, no montante de R\$ 71.954 ref. ao PROVIN e DESENVOLVE; e (ii) ajuste contábil na reserva de incentivos fiscais federais ref. ao exercício de 2022 devido a uma redução no incentivo do Lucro da Exploração, no montante de R\$ 13 mil.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais utilizados, que totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 uma reserva constituída no montante de R\$ 879.389.

	Incentivos fiscais			Reserva de incentivos fiscais			
	Federais	Estaduais (a)	Total	Constituída	Ajuste entre reservas	Absorção de prejuízos	Reserva constituída
2003 a 2018	8.517	456.461	464.978	(379.154)	-	-	(379.154)
2019	-	-	-	-	-	69.148	69.148
2020	-	134.124	134.124	(102.976)	(3.427)	-	(106.403)
2021	-	182.265	182.265	-	-	-	-
2022	11.464	223.542	235.006	(11.464)	-	-	(11.464)
2023	13.542	230.036	243.578	(173.736)	(277.780)	-	(451.516)
	33.523	1.226.428	1.259.951	(667.330)	(281.207)	69.148	(879.389)

(a) Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 230.036 representa todos os incentivos estaduais de ICMS, não se limitando apenas às subvenções para investimento com obrigatoriedade de constituição de reserva de incentivos fiscais.

22. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	132.042	132.042
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	10.674.856	10.674.856
Preferenciais classe A	8.691.558	8.691.558
Preferenciais classe B	1.296	1.296
	19.367.710	19.367.710

O capital social autorizado da Companhia é de 200.000.000 ações, sendo 100.000.000 ordinárias e 100.000.000 preferenciais, nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais e federais

Refere-se ao incentivo fiscal federal de redução do imposto de renda e incentivo estadual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 21.

c) Outros resultados abrangentes

i) Ajustes acumulados de conversão: Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimento no exterior.

ii) Benefícios pós-emprego: benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98 (Nota 26 b).

d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do período apurado, após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal, limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	423.568	317.857
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	116	247
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(173.736)	(11.464)
Base de cálculo dos dividendos	249.948	306.640
Dividendos mínimos obrigatórios	(62.487)	(76.660)
Dividendos complementares	-	(124.347)
(-) Juros sobre o Capital Próprio calculado	(77.788)	-
IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio	11.668	-
Juros sobre o Capital Próprio - limite mínimo obrigatório	(62.487)	-
Juros sobre o Capital Próprio - excedente ao mínimo obrigatório	(3.633)	-
Remuneração aos acionistas, líquido de IRRF	(66.120)	(201.007)
Saldo de lucros a destinar	172.160	105.633
(-) Reserva de retenção de lucros	-	(105.633)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(172.160)	-

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de lucros após o cálculo do Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 172.160, foi destinado integralmente para a reserva de incentivos fiscais, a ser ratificado em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024. O saldo de R\$ 105.633 em 31 de dezembro de 2022 foi reclassificado em 2023 da reserva de retenção de lucros para a reserva de incentivos fiscais.

O saldo de dividendos e JCP a pagar no passivo circulante, no montante de R\$ 101.406, será pago em 2024 e se refere a dividendos remanescentes de exercícios anteriores, no montante de R\$ 80.095 e saldo de JCP a pagar, no montante líquido de R\$ 21.311.

e) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2023 foi calculado com base no lucro líquido atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	423.568	317.857
Quantidade de ações em circulação (milhares)	<u>19.368</u>	<u>19.368</u>
Lucro líquido por ação: básico e diluído – R\$	<u><u>21,86980</u></u>	<u><u>16,41170</u></u>

23. Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fretes a pagar	23.121	21.095	23.121	21.095
Provisão bônus administração	18.667	15.000	18.667	15.000
Verbas e acordos com clientes	12.977	9.894	12.977	9.894
Provisão para perda de créditos tributários	8.067	-	8.067	-
Provisão honorários de êxito	2.965	3.053	2.965	3.053
Outras contas a pagar	3.723	3.767	3.293	4.526
	<u>69.520</u>	52.809	<u>69.090</u>	53.568
Circulante	<u>(58.488)</u>	(49.756)	<u>(58.058)</u>	(50.514)
Não Circulante	<u>11.032</u>	3.053	<u>11.032</u>	3.054

24. Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta de vendas	3.578.259	3.304.804	3.666.789	3.310.541
(-) Impostos	(309.622)	(293.833)	(310.804)	(294.728)
(-) Devoluções	(22.252)	(15.553)	(22.252)	(15.553)
(-) Abatimentos e outros	(113.200)	(86.286)	(113.200)	(86.286)
Receita líquida de vendas	<u>3.133.185</u>	2.909.132	<u>3.220.533</u>	2.913.974

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Matérias-primas e embalagens	(1.792.490)	(1.791.061)	(1.872.851)	(1.794.629)
Pessoal	(300.310)	(265.035)	(302.610)	(265.180)
Serviços de terceiros e fretes	(289.430)	(246.120)	(290.091)	(246.541)
Energia, água e esgoto	(71.433)	(65.322)	(71.433)	(65.326)
Depreciação e amortização	(59.555)	(55.359)	(59.937)	(55.755)
Outros	(131.439)	(91.695)	(132.181)	(92.415)
	(2.644.657)	(2.514.592)	(2.729.103)	(2.519.846)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos produtos vendidos	(2.134.383)	(2.093.526)	(2.216.807)	(2.097.490)
Despesas com vendas	(381.565)	(303.204)	(381.565)	(303.204)
Despesas gerais e administrativas (a)	(128.709)	(117.862)	(130.731)	(119.152)
	(2.644.657)	(2.514.592)	(2.729.103)	(2.519.846)

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da Administração, depreciação e amortização.

26. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ordenados e salários	(91.499)	(82.968)	(91.834)	(84.372)
Custos de previdência social	(40.764)	(35.110)	(40.796)	(35.528)
Participação nos resultados	(16.897)	(15.563)	(16.897)	(15.563)
	(149.160)	(133.641)	(149.527)	(135.463)

b) Benefícios pós-emprego

Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98, especialmente pelos artigos 30 e 31, assim como às disposições contratuais vigentes no Contrato Coletivo firmado. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Anualmente, a Companhia contrata uma consultoria para avaliação do passivo atuarial, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, anexo à Resolução CVM 110/22, relativa à Extensão de Cobertura Médica decorrente dos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e empregados afastados.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo atuarial líquido do plano de benefício definido foi mensurado no valor de R\$ 3.582 (2022: R\$ 3.034), em contrapartida de R\$ 11.559 (2022: R\$ 11.392), em outros resultados abrangentes. Consequentemente, no exercício de 2023 tivemos um efeito devedor líquido de R\$ 381 referente ao custo do serviço corrente e juros sobre obrigação atuarial (2022: R\$ 366).

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

27. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de tributos - PRLF (a)	(6.537)	-	(6.537)	-
Contingências líquidas	(5.328)	(1.882)	(5.328)	(1.882)
Variação no valor justo das propriedades para investimentos	(4.390)	911	(4.390)	911
Resultado na venda/baixa de ativos	(2.016)	(1.519)	(2.016)	(1.519)
Multas	(981)	(929)	(981)	(929)
Franquias / Seguros	(934)	(732)	(934)	(732)
Benefício pós-emprego	(73)	(20)	(73)	(20)
Honorários de êxito	89	116	89	116
Créditos extemporâneos	2.539	1.846	2.539	1.846
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.842)	(4.649)	(3.254)	(4.465)
	(20.473)	(6.858)	(20.885)	(6.674)

- (a) Foi publicada no DOU de 12 de janeiro de 2023 a Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1/2023 que instituiu o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, estabelecendo condições para transação excepcional na cobrança de dívidas. A Companhia aderiu ao referido parcelamento incluindo 17 processos, na modalidade do inciso I do art. 10, com pagamento à vista e utilização de prejuízo fiscal.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	31.731	18.830	31.731	18.830
Variações monetárias e cambiais ativas	11.278	24.015	11.278	24.015
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	5.532	8.557	5.532	8.557
Outras receitas financeiras	-	25	-	183
	48.541	51.427	48.541	51.585
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(63.438)	(61.255)	(63.438)	(61.255)
Outras despesas de juros	(5.113)	(3.791)	(6.940)	(9.352)
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(4.900)	(15.553)	(4.900)	(15.553)
Variações monetárias e cambiais passivas	(4.640)	(24.843)	(4.640)	(24.843)
Custos de transação apropriados	(4.328)	(3.541)	(4.328)	(3.541)
Tarifas bancárias	(384)	(325)	(384)	(325)
Outras despesas financeiras	(8.142)	(4.438)	(7.980)	(4.482)
	(90.945)	(113.746)	(92.610)	(119.351)
Resultado financeiro	(42.404)	(62.319)	(44.069)	(67.766)

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

- a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido um considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia mantém contratos de “swap” mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros na posição de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	2.760	13.246	2.760	13.246
Equivalentes de caixa	334.536	136.331	334.536	136.331
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	371.628	352.347	371.628	352.347
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	4.177	2.336	4.177	2.336
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operações de “swap”	29.157	16.375	29.157	16.375
	742.258	520.635	742.258	520.635
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	147.720	252.011	147.720	252.011
Empréstimos e financiamentos	123.028	116.901	129.442	138.746
Debêntures	415.694	325.803	422.808	336.544
Arrendamentos	10.503	20.344	10.503	20.344
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	1.188	1.188	1.188	1.188
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de “swap”	7.408	8.040	7.408	8.040
	705.541	724.287	719.069	756.873
Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	23.022	34.207	23.022	34.207
Equivalentes de caixa	334.629	136.636	334.629	136.636
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	453.684	352.534	453.684	352.534
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	-	2.336	-	2.336
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operações de “swap”	29.157	16.375	29.157	16.375
	840.492	542.088	840.492	542.088
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	188.927	252.169	188.927	252.169
Empréstimos e financiamentos	123.028	116.901	129.442	138.746
Debêntures	415.694	325.803	422.808	336.544
Arrendamentos	10.503	20.344	10.503	20.344
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de “swap”	7.408	8.040	7.408	8.040
	745.560	723.257	759.088	755.843

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo, além dos derivativos, referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber e caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo.

É política do Grupo não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um dos riscos resumidos a seguir.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. As alterações, nas condições de mercado que originam risco de mercado, incluem alterações na taxa de juros de referência, no preço de instrumento financeiro de outra entidade, no preço de *commodity*, na taxa de câmbio ou em índice de preços ou taxas. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

No cenário provável avaliado pela Administração, foi considerada a manutenção no vencimento de cada uma das operações dos indicadores atualmente sinalizados por meio das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis em fontes independentes como o IBGE, Banco Central e FGV. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto relevante sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

Considerou-se, conforme o Ofício Circular Anual CVM/SEP, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI, TJLP e IPCA.

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia contratou uma operação do tipo swap para o saldo em aberto naquela data ref. à 5ª emissão de Debêntures, objetivando a troca da variação de 100% do IPCA (base 252 lin) mais taxa média prefixada por uma variação de 100% CDI (base 360 exp) mais taxa média prefixada. A seguir os saldos desse instrumento financeiro derivativo em 31 de dezembro de 2023.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2023	Valor Nocial (R\$)	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
Inst. financeiros derivativos	242.726	29.157	7.408	632

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um resultado financeiro positivo de R\$ 632 (31 de dezembro de 2022: resultado negativo de R\$ 6.996).

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de taxa fixa				
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	-	(120)	-	(120)
	-	(120)	-	(120)
Instrumentos de taxa variável				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa	334.536	136.331	334.629	136.636
Derivativos	29.157	16.375	29.157	16.375
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(123.028)	(116.781)	(123.028)	(116.781)
Debêntures	(415.694)	(325.803)	(415.694)	(325.803)
Derivativos	(7.408)	(8.040)	(7.408)	(8.040)
	(182.437)	(297.918)	(182.344)	(297.613)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

31/12/2023	Aumento/(redução) em %		Efeito no lucro antes da tributação
		(25%)	(50%)
31/12/2022	(25%)	(50%)	(10.102) (20.204)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais com fornecedores estrangeiros.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Exposição à moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não possui saldos em aberto de empréstimos em moeda estrangeira, sendo a exposição apenas de fornecedores. Segue a exposição líquida do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores estrangeiros	8.077	-	49.076	-
Operações de risco sacado	-	130.629	-	130.629
Exposição líquida	8.077	130.629	49.076	130.629

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
31/12/2023	25%	2.019	12.269
	50%	4.039	24.538
31/12/2022	25%	32.657	32.657
	50%	65.315	65.315

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Para fins de proteção às instabilidades nos preços dessas *commodities*, muito em virtude de possíveis impactos de ações climáticas, conflitos geográficos e intervenções governamentais, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Sempre que necessário, a Companhia busca proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com 18 clientes (31 de dezembro de 2022: 16 clientes que deviam mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 61% (31 de dezembro de 2022: 59%) de todos os recebíveis. Dos clientes ativos da Companhia, 73,23% (31 de dezembro de 2022: 70,27%) vêm operando há mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e as vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por dependência de cliente foi:

Risco de crédito – tipo de cliente	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Clientes – Atacado	333.178	320.322	333.178	320.322
Clientes – Varejo	51.140	43.742	51.140	43.742
Outros clientes	5.979	3.798	88.035	3.985
	390.297	367.862	472.353	368.049

Risco de crédito – concentração de carteira	Consolidado			
	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Maior cliente	80.404	17,0	89.987	24,4
2º a 11º maior cliente	132.037	28,0	111.876	30,4
12º a 50º maior cliente	69.537	14,8	68.016	18,5
Demais clientes	190.375	40,2	98.170	26,7
	472.353	100	368.049	100

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos e expectativas de perdas na realização das contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 41% (31 de dezembro 2022: 40%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores, os quais estão inseridos no grupo Clientes – Atacado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de a companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Atualmente esse risco encontra-se mitigado.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A prática da Companhia é acompanhar o fluxo de desembolsos de curto, médio e longo prazo, ajustado às receitas previstas e, se necessário, contratar operações de empréstimos e financiamentos para adequar os fluxos, mitigando qualquer risco de liquidez. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados, respectivamente, nas Notas 17 e 18.

d) Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais pertencentes, majoritariamente, à família Macêdo, representadas por pessoas físicas e jurídicas.

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não ocorreu alteração no capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2023 em relação a 2022. Também não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o mesmo exercício e exercício anterior.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2023 a estratégia do Grupo foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 10% e 30% (2022: entre 20% e 40%) e uma classificação de crédito AA-(bra) com Perspectiva Positiva na escala da Fitch Ratings. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Dívida líquida	159.323	263.526
Total do patrimônio líquido	1.040.991	695.324
Capital total	1.200.314	958.850
Índice de alavancagem financeira - %	13	27

30. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2023, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

Modalidade:	Controladora e Consolidado
	31/12/2023
Responsabilidade civil (a)	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	392.463
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	270.816
	683.279

(a) Limitado a R\$ 10.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A., sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

J. Macêdo S.A.

Fortaleza, 20 de fevereiro de 2024

Irineu José Pedrollo
Diretor Presidente

Alexandre José Afexe
Diretor de Relações com Investidores

Dirceu Véspero
Diretor

Eduardo Ítalo Oliveira Maia
Diretor

Gustavo Henrique Coelho Pereira
Diretor

Marcos Augusto Pereira
Diretor

Rogério Azoubel
Diretor

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM: 2115-6
CNPJ: 14.998.371/0001-19
NIRE: 23.3.0002679-9

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCO
REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2024 – (1ª/2024)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 16 de fevereiro de 2024, às 14h, na sede da Companhia, situada na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, CEP 60.180-900.

PRESENCAS: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, conforme assinaturas lançadas ao final desta ata.

ORDEM DO DIA: Analisar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Alexandre José Afexe** (Presidente da Mesa); e **Roberto Proença de Macêdo** (Secretário da Mesa).

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, procederam ao exame e análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2023”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a totalidade dos Membros aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2023 e recomendou a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: **Alexandre José Afexe** (Presidente da Mesa / Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Roberto Proença de Macêdo** (Secretário da Mesa / Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Bruno Macêdo Rosa** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Daniel Macedo Pitta** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Francisco Stênio**

Martins Gomes da Silva (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); e **Ravi Alencar de Macêdo** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco).

A presente ata é cópia fiel da via original lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.

Fortaleza, 16 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE JOSÉ AFEXE

Presidente da Mesa

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

ROBERTO PROENÇA DE MACÊDO

Secretário da Mesa

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

BRUNO MACÊDO ROSA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

RAVI PROENÇA DE MACÊDO

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

DANIEL MACEDO PITTA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

FRANCISCO STÊNIO MARTINS GOMES DA SILVA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco